

As políticas de formação de professores no Brasil e na Europa: desafios e possibilidades

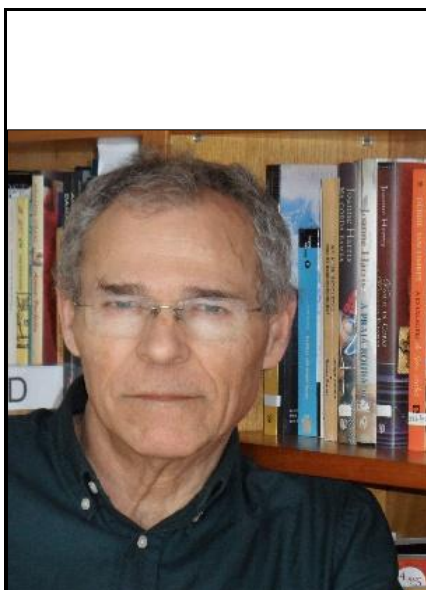
*Teacher training policies in Brazil and Europe:
challenges and possibilities*

*Las políticas de formación de profesores en Brasil y en Europa:
desafíos y posibilidades*

Entrevista: José Matias Alves

Prof. Dr. Fernando Ilídio da Silva Ferreira¹
Universidade do Minho

Maria Célia Borges²
Universidade Federal de Uberlândia



José Matias Alves é Professor Associado na Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa. Conta com mais de uma centena de livros publicados ou organizados, dezenas de capítulos de livros, artigos científicos publicados em revistas especializadas, textos publicados em jornais ou revistas e participação editorial em revistas. Coordenador da Comissão de Avaliação de Relatórios Finais na área das Ciências e Políticas da Educação_FCT [2016-18; 2019-22]. Diretor Adjunto da Faculdade de Educação e Psicologia (2011-2021). Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (desde 2017...). Orientador de dezenas de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento e Pós-Doutoramento na área das Ciências da Educação. Membro do Conselho Científico para a Avaliação de Professores (2008). Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar (2009-2013). Diretor-Geral do Ensino Secundário (1994-1996). E-mail: jalves@ucp.pt; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9490-9957>.

¹ Doutor em Estudos da Criança. Universidade do Minho (UMinho), Portugal. E-mail: filidio@ie.uminho.pt; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8548022934019416>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8608-6700>.

² Doutora em Educação; professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – Minas Gerais – Brasil. E-mail: marcelbor@gmail.com e mariacelia@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5826866488560826>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5445-023X>.

Resumo: Esta entrevista com José Matias Alves, Professor da Universidade Católica Portuguesa (UCP), foi realizada pelos professores Fernando Ilídio Ferreira e Maria Célia Borges no dia 06 de janeiro de 2025, mediante convite e agendamento prévios. Gostaríamos de registrar aqui o nosso agradecimento pela sua pronta resposta ao nosso convite, assim como pela disponibilidade e amabilidade que nos transmitiu em todo o processo. A entrevista foi precedida de uma explicação sobre a finalidade da mesma, nomeadamente, quanto à sua publicação no dossiê temático que agora é dado a lume. Foram igualmente fornecidos oito tópicos ao professor Matias Alves, umas horas antes da entrevista, em torno dos quais se desenvolveu uma boa e profícua conversa entre os três intervenientes, estimulada pelo pensamento original, crítico e reflexivo do entrevistado, que não deixou de entremear o seu discurso com proposições para a transformação de políticas, modelos e práticas de formação de professores. A entrevista decorreu via Zoom, teve a duração de cerca de 60 minutos, foi gravada com a autorização do entrevistado, tendo sido posteriormente transcrita e devolvida ao entrevistado para revisão antes da sua publicação.

Palavras-chave: Formação inicial de Professores; Brasil e Europa; Neoliberalismo; Políticas.

Abstract: This interview with Professor José Matias Alves, from the Portuguese Catholic University (UCP), was conducted by Professors Fernando Ilídio Ferreira and Maria Célia Borges on 6th January 2025, by prior invitation and appointment. We want to thank him for his prompt response to our invitation and his availability and kindness throughout the process. The interview was preceded by an explanation of its purpose, namely its publication in the thematic dossier that is now being published. Professor Matias Alves was also given eight topics a few hours before the interview, around which a reasonable and fruitful conversation developed between the three participants, stimulated by the original, critical, and reflective thinking of the interviewee, who did not fail to intersperse his speech with proposals for the transformation of teacher training policies, models and practices. The interview took place via Zoom, lasted around 60 minutes, was recorded with the interviewee's authorization, and was later transcribed and returned to the interviewee for revision before publication.

Keywords: Initial Teacher Training; Brazil and Europe; Neoliberalism; Policies.

Resumen: Esta entrevista con José Matias Alves, Profesor de la Universidad Católica Portuguesa (UCP), fue realizada por los profesores Fernando Ilídio Ferreira y Maria Célia Borges el día 6 de enero de 2025, mediante invitación y previa programación. Nos gustaría expresar nuestro agradecimiento por su rápida respuesta a nuestra invitación, así como por la disponibilidad y amabilidad demostradas durante todo el proceso. La entrevista fue precedida por una explicación sobre su finalidad, específicamente, en relación con su publicación en el dossier temático que es dado a conocer. También se le proporcionaron 8 temas al profesor Matias Alves, unas horas antes de la entrevista, en torno a los cuales se desarrolló una conversación fructífera entre los tres participantes, estimulada por el pensamiento original, crítico y reflexivo del entrevistado, quien intercaló su discurso con propuestas para la transformación de políticas, modelos y prácticas de formación de profesores. La entrevista se llevó a cabo a través de Zoom, tuvo una duración de aproximadamente 60 minutos, fue grabada con la autorización del entrevistado y posteriormente transcrita y revisada por este antes de su publicación.

Palabras clave: Formación inicial de profesores; Brasil y Europa; Neoliberalismo; Políticas.

Recebido em: 20 de janeiro de 2025

Aceito em: 20 de fevereiro de 2025

Entrevista

Esta entrevista com José Matias Alves, Professor da Universidade Católica Portuguesa (UCP), foi realizada pelos professores Fernando Ilídio Ferreira e Maria Célia Borges no dia 06 de janeiro de 2025, mediante convite e agendamento prévios. Gostaríamos de registrar aqui o nosso agradecimento pela sua pronta resposta ao nosso convite, assim como pela disponibilidade e amabilidade que nos transmitiu em todo o processo. A entrevista foi precedida de uma explicitação sobre a finalidade da mesma, nomeadamente, quanto à sua publicação no dossiê temático que agora é dado a lume. Foram igualmente fornecidos oito tópicos ao professor Matias Alves, umas horas antes da entrevista, em torno dos quais se desenvolveu uma boa e profícua conversa entre os três intervenientes, estimulada pelo pensamento original, crítico e reflexivo do entrevistado, que não deixou de entremear o seu discurso com proposições para a transformação de políticas, modelos e práticas de formação de professores. A entrevista decorreu via Zoom, teve a duração de cerca de 60 minutos, foi gravada com a autorização do entrevistado, tendo sido posteriormente transcrita e devolvida ao entrevistado para revisão antes da sua publicação.

JMA: José Matias Alves

FIF: Fernando Ilídio Ferreira

MCB: Maria Célia Borges

MCB: O professor José Matias, que tenho muita honra em conhecer, foi-nos apresentado pelo Prof. Fernando Ilídio. Começo por agradecer a sua disponibilidade para nos dar esta entrevista, que vai ser publicada na “Revista Política e Educação em Debate” (REPOD), da Universidade Federal de Uberlândia (Brasil), Faculdade de Educação, Linha de Pesquisas de Estado, Política e Gestão em Educação. Esta revista está muito bem qualificada, com avaliação da Capes Qualis A3. O professor Fernando Ilídio, a professora Teresa Sarmiento e eu estamos organizando um dossiê temático sobre formação de professores e agradecemos imensamente o seu contributo para a publicação do mesmo. Estamos certos de que esta entrevista vai ter uma grande difusão, contribuindo para que o nosso dossiê ganhe muito mais visibilidade e notoriedade.

JMA: Agradeço as palavras gentis. Não estou seguro de que a contribuição seja assim tão relevante e tão importante, mas darei o meu melhor. Darei o meu máximo para contribuir para pensarmos juntos sobre uma problemática tão relevante, tão central. E tão necessária. Necessária porque um pouco por todo o mundo há uma certa crise da profissão docente em conseguir atrair os melhores. E têm de ser os melhores os que vêm para a profissão, porque a

docência é a mãe de todas as outras profissões. É, portanto, também para mim, um prazer estar aqui. Agradeço muito o convite para dar o meu contributo. Os leitores dirão de sua justiça, pois são os melhores juízes sobre a qualidade da minha fala.

FIF: O que pretendemos é exatamente um panorama amplo sobre a formação de professores. Há muitos panoramas, mas gostaríamos de ter um traçado por ti, a partir do teu conhecimento profundo e da muita experiência e reflexão que tens neste campo. Quando digo panorama amplo, significa que podemos abordar questões à escala internacional e da União Europeia e, obviamente, de Portugal. Não podemos esquecer a escala global, onde intervêm muitas organizações supranacionais como a OCDE, a UNESCO e outras. Nesse sentido, começo por perguntar: como vês a formação inicial de professores, hoje, e comparativamente com o passado recente? Quando digo recente, refiro-me especialmente ao primeiro quartel do século XXI.

JMA: É uma avaliação difícil, é a primeira palavra que me ocorre. Embora seja uma questão pertinente. Eu vejo este início de século XXI como um tempo de ganhos na formação inicial dos professores, mas também de eventuais perdas. Penso que ganhámos uma maior consciência da importância da profissão e da sua formação. Parece-me um ganho relativo, ainda que não seja universalmente reconhecido, pelo menos em termos de políticas educativas. No caso de Portugal, foi muito marcante uma certa desvalorização da profissão, uma certa desconsideração até, que fez com que, em termos institucionais e em termos sociais e pessoais, houvesse uma certa fuga da formação inicial. Não é uma característica apenas de Portugal. Eu penso que é uma característica à escala global e que terá a ver certamente com um certo desprestígio que a profissão atravessou por efeito da complexidade, por efeito da massificação, por efeito da emergência de outras prioridades públicas, fazendo com que a profissão tivesse decaído na sua importância social e na sua importância política e, portanto, decaído também no seu investimento e na atração da procura social. Portanto, eu penso que há aqui um balanço onde há ganhos, porque se começou também a ter consciência de que a profissão, glosando aqui uma ideia que era muito cara a Philippe Meirieu, é uma profissão fundamental: “Sem professores não há futuro”.

Esta consciência social e política está agora a ser recuperada, está agora a ser reassumida. Diria, pois, que é um período de ganhos e perdas. Perdas nalguma importância ou reconhecimento da importância social, ganhos progressivos na sua imprescindibilidade, na sua matriz fundadora de todas as profissões. Há uma valorização da ciência, sobretudo da ciência disciplinar. Não tenho a mesma certeza se da ciência pedagógica, se assim me posso exprimir. E penso também que terá havido uma eventual perda da relevância dos contextos que a formação inicial tem de considerar e

uma eventual perda da consciência da centralidade da formação inicial dos professores. Portanto, um ganho até certo ponto na ciência e perda na consciência e nos contextos, que a meu ver não podem deixar de estar presentes na formação inicial de professores. Quando falo nesta perda da consciência, na perda da relevância dos contextos, tenho muito presente a questão da relação. Penso que a profissão de professor e a sua formação vivem muito da relação, da relação com o conhecimento, nomeadamente com os conteúdos científicos, mas também da relação com os conteúdos que têm a ver com a pedagogia, com a didática, a relação com as pessoas, que é um dado intrínseco da profissão, que é uma profissão relacional, que lida com seres humanos. E para lidar com seres humanos eu tenho que gostar dos seres humanos e tenho que manter com eles uma certa relação empática. E não sei se a formação inicial tem dado o valor devido a esta relação com as pessoas. O valor devido à relação com os pares, que se constituem como comunidade profissional. Estou a referir-me a uma relativa perda, porque quase todos dizem que a profissão docente é uma profissão interativa. É uma profissão que tem que viver da colaboração entre pares. Mas não sei até que ponto é que a formação inicial promove a consciência de que os professores só podem existir plenamente se fizerem parte de uma comunidade profissional que aprende uns com os outros e, assim, construírem uma confiança que permita esta relação profissional ou essa relação interprofissional, se quiser.

E por fim a questão da relação com a comunidade. Quer dizer, eu penso muito a escola na sua integração territorial. E os professores são certamente os agentes fundamentais dessa agência e precisam de ser mais autores na construção da comunidade da qual fazem parte. Fazem parte e têm um papel absolutamente central para assumirem também um maior prestígio social e o maior prestígio na comunidade onde se inscrevem. Nesse sentido, devem ser uma espécie de autores de comunidade, de autores de diálogo, de autores de comunicação, seja no interior da escola, seja no território onde a escola está inserida. Bom, creio que já falei excessivamente neste primeiro tópico, mas fi-lo para dar uma ideia genérica destes ganhos e destas perdas, neste balanço de início de século XXI. E ficaria para já por aqui, para podermos continuar a dialogar em relação a outro tópico.

FIF: Na tua reflexão, eu percebo uma questão que se prende com uma tendência crescente de tecnicismo na formação de professores. Seguindo o teu raciocínio, tem havido perdas nas dimensões mais reflexivas e críticas. Isso é visível nos planos de estudo dos cursos de formação inicial, onde têm vindo a desaparecer disciplinas como filosofia, sociologia e outras das Ciências Sociais e Humanas. Enfim, um currículo quase exclusivamente de pendor didático, ou melhor, técnico-didático, pois refiro-me ao didadismo e não à didática em si.

JMA: Exatamente.

MCB: É o que acontece também no Brasil. As orientações políticas para o currículo de formação de professores estão muito dominadas por uma abordagem tecnicista em detrimento da formação da ciência e das teorias pedagógicas. E também não se preocupam com essa questão que o senhor falou das relações entre as pessoas e os contextos, assistindo-se a uma desvalorização do professor tanto do ponto de vista salarial como do reconhecimento pela sociedade. E o professor também fica desvalorizado quando o seu saber é reduzido ao tecnicismo, sem relação com os conhecimentos científicos.

JMA: Isso, aliás, é também muito induzido pelas políticas que aparentemente querem que os futuros professores pensem pouco e sejam operários do ensino. Sim, que cumpram aquilo que lhes mandam fazer.

MCB: Sim, é só seguir instruções.

JMA: Exatamente. Que cumpram os programas, deem a matéria prescrita, para depois fazerem os exames, para ver se aprenderam o que era suposto. E, portanto, esta é uma função proletária da profissão de professor que o desvaloriza e o desconsidera e que não está à altura das exigências que hoje são manifestamente necessárias. Quer dizer, nós precisamos de seres humanos muito mais lúcidos, muito mais críticos, muito mais criativos.

MCB: Muito mais autónomos.

JMA: Muito mais autónomos. Muito mais, ainda que esta autonomia não dispense a interação, uma autonomia individual e uma autonomia colaborativa que gera o diálogo interprofissional, que gera a construção da profissão. Porque a profissão constrói-se nos contextos e nos textos, dada a heterogeneidade, a diversidade de públicos. Em Portugal isso tem sido crescentemente muito visível. E os professores não podem fazer de conta que ‘todos são igual a um’ ou, no dizer de João Barroso, “Ensinar a muitos como se fossem um só”. Se eu pensar que ensinando a todos como se todos fossem um, estou a gerar a exclusão. Todos são diferentes e o nosso modelo de ensino faz de conta de que todos são iguais. Acaba por ser um fator de alheamento, de tédio e de incumprimento da profissão, pois esta tem de viver da e na diversidade.

O professor tem de ter em conta a heterogeneidade, tem de ter em conta que os alunos precisam não de ementas únicas, mas de ementas plurais e que precisam de respostas adequadas às suas

necessidades, para que possam também construir comunidade. Porque a comunidade vive da diferença, não vive da mesmice. Nós somos todos diferentes e isso é uma grande riqueza e é importante cultivá-la para que a diferença seja inclusiva e não excludente. E isso só é possível se os professores e a formação de professores incutirem esta ideia de que é preciso pensar, que é preciso refletir, que é preciso interagir, que não há uma verdade única e que as verdades têm que ser construídas nos contextos onde nós trabalhamos, porque não podem ser indiferentes às pessoas. E essa parece-me que é uma boa nota orientadora da ação.

MCB: Sim, muito.

FIF: Esta entrevista tem uma estrutura flexível. Antes de entrarmos noutra tópico gostava que partilhasses a tua reflexão sobre as tecnologias digitais e o seu papel na educação, considerando as tendências que acabaste de abordar. Enfim, o que me parece é que a tecnologia, os avanços da tecnologia digital, têm sido vistos como uma oportunidade, mas parece-me que mais para acentuar o referido tecnicismo. Parece-me que as tecnologias digitais estão a ser vistas mais no sentido da aplicação, um sentido mais aplicacionista, que no Brasil é muito visível com a produção e disseminação de materiais, como as apostilas, enfim, com interesses do setor empresarial, não é? Portanto, há interesses também aqui. E como é que vês as outras possibilidades? A tecnologia, muitas vezes é endeusada e vista até como capaz de dispensar o professor, pelo menos o pensamento do professor, tornando-se um mero aplicador. Enfim, como é que vês a tecnologia? Sabemos que as tecnologias são endeusadas, mas também diabolizadas, não é? Portanto, qual é o teu pensamento sobre isso? Em que medida é que ela pode ser transformadora também na formação de professores?

JMA: Essa possibilidade existe. Depende do uso que lhe é dado. É evidente que a tecnologia pode personalizar. Ela pode individualizar as propostas pedagógicas se o professor incorporar justamente a tecnologia para diferenciar os contextos de aprendizagem. Porque a ementa não tem que ser igual para todos e a tecnologia permite essa diferenciação. Uma diferenciação possível no plano teórico, eu não estou a dizer que na prática seja assim. Mas é possível que possa ser assim, possa ser um instrumento ao serviço de uma maior igualdade de oportunidades, dando, criando contextos de aprendizagem diferenciados, mobilizando a tecnologia, porque não têm que estar todos a fazer a mesma coisa ao mesmo tempo, centrados no “mestre”. Podem fazer coisas diferentes no mesmo espaço, no mesmo tempo e aprender o que precisam de aprender usando as tecnologias. E essa é uma oportunidade. Por exemplo, a

meu ver, claro, a investigação que tem havido em relação à inteligência artificial tem identificado essa possibilidade como algo de tangível, como algo de possível. Falta praticá-la. Eu não tenho dados quanto à extensão dessa prática, mas é possível e é quase inevitável se nós queremos democratizar as oportunidades de aprendizagem.

Nós podemos usar a tecnologia para esse propósito, para esse fim, não para aumentarmos as desigualdades, que é também outro risco. Se as pessoas não tiverem acesso às tecnologias e se houver uma segmentação social, nesse acesso estão a aumentar as desigualdades. Evidentemente, isso é um risco, mas não é inevitável que haja a desigualdade no acesso às tecnologias. Depende, uma vez mais, das políticas em termos globais, e depende das políticas em termos organizacionais. Como é que a organização disponibiliza as tecnologias para os seus alunos e para os seus professores? E como os forma e os qualifica para os poderem usar essas tecnologias no sentido da liberdade de aprender, no sentido da diferenciação dos modos de aprender, no sentido de aumentar as probabilidades de eu aprender o que preciso de aprender, no contexto da sala de aula e fora do contexto da sala de aula. Isso parece-me relativamente evidente, dependendo, obviamente, dos contextos e do uso que nos contextos as lideranças e os professores fazem dessas tecnologias, embora reconheça o poderoso papel da subordinação tecnológica gerada pelos grandes negócios das empresas.

MCB: As tecnologias podem ser usadas para o bem e para o mal, não é? E sabemos que muitas vezes há uma distorção do uso delas. E isso deve-se a questões do capitalismo, a intenções do neoliberalismo. Como é que podemos trabalhar na contramão disso? Como é que nós, educadores, podemos atuar para que elas sejam usadas para o bem e não para o mal?

JMA: Eu diria que o primeiro requisito é termos consciência do que a Maria Célia diz. Podem ter usos diferenciados, podem ser usadas para o bem e para o mal. Eu tenho que ter essa consciência e, como educador, certamente que vou agir para que a tecnologia seja usada para o bem comum e, sobretudo, seja usada para o bem de quem mais precisa de aprender, para o bem de quem vive em contextos sociais adversos, em contextos culturais desfavorecidos. Se eu tiver essa consciência, eu posso mobilizar a tecnologia para que ela, de alguma forma, promova uma maior equidade no acesso ao conhecimento, no acesso à reflexão, no acesso a um debate plural, no acesso à informação. E, portanto, eu diria que primeiro é preciso ter consciência disso e depois fazer um bom uso disso. Bom uso no sentido de democratizar as tecnologias e não reforçar a segmentação, a hierarquização e a exclusão. Eu diria que está muito nas mãos das políticas e dos meios e dos recursos que são disponibilizados aos professores e às

organizações educativas. Mas depois também está muito nas mãos dos professores e do uso que eles fazem e da sua consciência e do seu conhecimento. Consciência, conhecimento e mobilização de recursos para suprir o mais possível as crescentes desigualdades que têm existido um pouco por todo o mundo. Porque, paradoxalmente, as desigualdades não estão a ceder terreno, não estão a dar lugar a mais igualdade e equidade. E, portanto, como é que eu resolvo esse problema? Eu resolvo esse problema com os recursos adequados e com um uso dos recursos para combater o mais possível os fatores de discriminação e os fatores de exclusão.

FIF: Outro tópico do guião que preparámos para esta entrevista tem a ver com o denominado Processo de Bolonha. Enfim, uma agenda que tem dominado as políticas educativas na União Europeia. Como é que avalias a influência que o processo de Bolonha tem tido na formação inicial de professores, considerando a Europa e, em particular, Portugal?

JMA: A resposta que eu vou dar não tem bases empíricas muito sustentadas. Portanto, leiam-na como uma probabilidade, uma possibilidade. Porque eu não tenho dados suficientes para me poder pronunciar de uma forma assertiva sobre o tópico, mas diria talvez duas ou três notas. Se o processo de Bolonha é praticado como uma prática de sujeição a políticas standardizadas, a políticas que estabelecem um padrão uniforme para todos os contextos e para todos os países, isso acaba por impor, empobrecer as práticas educativas e as práticas formativas dos professores. É provável que o processo de Bolonha tenha padronizado, sujeitado, uniformizado e imposto um padrão uniforme a todos os contextos. Embora essa tendência me pareça existir, tenho de admitir a existência de exceções. E nelas pode haver alguma coisa de benéfico, de escapar a essas dinâmicas de sujeição, uniformização e padronização e, desse modo, constituir-se como uma referência comum que permita um diálogo mais enriquecedor entre as diferentes políticas, os diferentes contextos, os diferentes profissionais. E se for um fator de comunicação e de crescimento, eu diria que pode ser benéfico. Agora se me perguntas se a influência é positiva ou negativa eu não consigo responder de forma perentória. A minha posição é precária, como se vê, porque eu não tenho elementos suficientes para me pronunciar de forma assertiva sobre todas as implicações do processo de Bolonha.

FIF: Mas creio que essa reflexão é muito pertinente, porque, de facto, não há um determinismo nestes processos. Um termo muito usado no Processo de Bolonha foi “harmonização” e, em muitas análises, ele tem sido considerado um processo de uniformização. Mas, na verdade, não padronizou completamente os sistemas de formação. Em Portugal, por exemplo, as várias

instituições lidaram de formas diferentes com esse processo. Portanto, não há uma determinação. O título que pensámos para esta entrevista relaciona-se de algum modo com esta questão dos constrangimentos, dos desafios, das possibilidades. Então vamos perspetivar o futuro, não apenas a partir do que vivenciamos, mas também de influências supranacionais da OCDE, da UNESCO e de outras organizações que produzem e divulgam muitos relatórios, estudos e publicações que se relacionam mais direta ou indiretamente com a formação de professores. Também não vou incluir nesta reflexão outras organizações, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, mas aquelas duas têm publicações em cujo título é usado o termo “cenários” para a escolaridade, para a formação, etc. Um relatório que eu considero muito claro a esse respeito é o que apresenta quatro cenários para o futuro da escolaridade no horizonte de 2050. Isso tem implicações claras na formação de professores, não é? Como é que vê, como perspetivas o futuro, considerando estes aspetos?

JMA: Bom, eu vou enunciar o futuro que eu, como professor e como investigador, desejo, não é? São cenários de possibilidades abertas. No meu modo de ver o mundo, a vida, as escolas, os professores, as novas gerações, a comunidade, a sociedade, desejaria que o futuro próximo fosse um futuro que alguns autores vão designando como um futuro mais sociocomunitário, fundindo perspetivas societais com perspetivas comunitárias. Eu vejo a escola muito como uma agência que deve estar ao serviço das pessoas e das comunidades. E da sociedade onde está inscrita. E deve ser um fator de promoção dos laços sociais, de promoção de comunidade, de promoção do diálogo intergeracional, intercultural, intercivilizacional. Vejo o futuro próximo, o futuro próximo que eu desejo, é que a educação, que não se esgota na escola, cumpra uma finalidade emancipadora, libertadora, humanizadora. A escola desempenha aqui um papel central, como refere o último relatório da UNESCO. Um papel de construtora de mais comunidade, de uma vida digna comum. Aliás, o título do relatório da UNESCO - Reimaginar o nosso futuro juntos - acentua justamente essa dimensão convivial, que, aliás, já vem do relatório de 1996 Educação como um tesouro a descobrir. E este tesouro não está ainda totalmente descoberto. Está em processo de descoberta. Há muita gente que não vê na educação um tesouro, ou então só o vê numa perspetiva “bancária”, para evocar Paulo Freire. E é preciso construir com as pessoas esse tesouro baseado nos quatro pilares aí enunciados: o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser. Aprender a ser o que é um ser humano mais solidário, mais colaborativo, mais compassivo, mais criativo. Um ser humano mais competente, mas que use a sua competência para o bem público, para o bem dos outros.

Daí também a centralidade do ser compassivo. Porque, como alguns autores o referiram a propósito da Escola de Frankfurt, a dimensão compassiva da existência humana é algo de radical e essencial. É absolutamente necessária para a vida na humanidade. Aliás, há um autor brasileiro que eu que cito com frequência, Rubem Alves, que propunha uma outra designação para o “Homo sapiens”. Em vez de ser o o “homo sapiens” que enche a terra de guerras, destruição, mortes e crises climáticas, deveria ser chamado “homo compassivus”, porque o Homo compassivus nunca seria o autor de guerras, de destruição, de morte. Esta posição revela uma atitude sensível de alguém que trabalha para a construção de uma sociedade mais solidária, mais justa, mais equitativa, mais inclusiva. E eu desejaria que a escola fosse uma das agências centrais dessa ordem. E para serem construtores dessa ordem, precisam de agir de uma forma, diria, mais autoral, mais criadora e mais colaborativa. Porque cada um de nós, sozinho, pode pouco. E a nossa força advém da nossa capacidade de comunicarmos e de construirmos juntos um futuro mais inclusivo e mais solidário. Era um pouco esta a visão que eu gostaria que pudéssemos desenvolver na formação dos professores e na ação dos professores nos diferentes segmentos onde eles trabalham.

FIF: Se me permitires, eu voltaria à questão dos constrangimentos, mas também das possibilidades que as instituições de ensino superior têm de recontextualizar os seus modelos e práticas de formação. Que desafios vês? Que desafios se colocam hoje às instituições de ensino superior? Elas veem estas questões de modos diferentes. E também as instituições que não formam professores, ao nível da formação inicial, mas se interessam pela formação de professores, nomeadamente nas vertentes da interação com a sociedade, da investigação. Eu creio que as instituições de ensino superior, no que diz respeito à formação de professores, têm estado bastante passivas. Não quero dizer que não fazem, mas passivas mais no sentido da transformação, da inovação. Eu gostava que houvesse um pensamento mais proativo no sentido do que tens vindo a dizer da sociedade, das questões da igualdade, da equidade, da justiça.

JMA: Bom, como primeira nota, eu enunciaria meia dúzia de palavras chave, de conceitos chave que podem eventualmente definir uma matriz para a ação do ensino superior neste campo específico da formação dos professores. Eu penso que elas têm que ser mais autoras. As próprias instituições têm de ser mais autoras, têm que ser mais criadoras, têm que tentar fugir da lógica da subordinação, da lógica da sujeição, da lógica da vassalagem a quem quer que seja. Têm de ser entidades que fazem do pensar, do pensar crítico, do pensar criativo, um pensar que está ao serviço da comunidade e ao serviço do seu desenvolvimento mais equitativo. Têm

de fazer disso um pilar fundamental da sua ação: mais pensamento, mais criação, mais autonomia, mais agência. Para o serem precisam de ter mais liberdade, porque só sendo livres é que se conseguem gerar dinâmicas de construção, de reflexão, de interação. Evidentemente a liberdade pressupõe a responsabilidade. Eu só posso ser livre se for também responsável, isto é, se responder pelos meus atos e prestar contas pelos meus atos e prestar contas a mim próprio e prestar contas aos meus pares de profissão, vamos dizer assim. Não é prestar contas numa lógica de accountability, de prestar contas ao poder político, embora também possa ter de prestar contas nesse registo, de modo secundário. Mas, em primeira instância, eu presto contas à minha consciência de profissional e presto contas aos meus pares, meus colegas de profissão. Isso é o que eu entendo por ser responsável. Sendo, portanto, mais autor, mais livre, mais responsável e tendo mais agência, eu tenho de ter mais voz no espaço público.

Em parte, nós temos escassa voz por duas razões fundamentais: porque os interesses mediáticos são regulados por fatores que não têm a ver necessariamente com o bem comum, mas com interesses particulares. Também não temos mais voz no espaço público, porque o espaço público é colonizado pelos grandes interesses particulares. Mas temos então de criar meios alternativos de ter voz. Nós, sem termos voz, não podemos influenciar as políticas nem podermos estar presentes no espaço público. Um dos desafios é o da criação de canais de comunicação, redes de comunicação e de interação profissional. Não podemos necessariamente estar subjugados aos interesses dos *mass media* existentes. Nós hoje temos possibilidade de criar. Eu próprio sou um exemplo disso. Há mais de 20 anos tenho um blogue *Terrear*. É evidente que não é lido por milhares e milhares de pessoas, mas é lido por algumas centenas de pessoas. Essas centenas vão passando a voz, vão passando a palavra. Eu nunca me demitirei de ter voz. Não posso construir uma vasta audiência, não tenho esse poder, mas vou criando pequenas audiências, ou seja, cumpro o meu papel de pequeno grão de areia que sei que não vai mudar o mundo, mas pelo menos muda a minha consciência face ao mundo. Portanto, eu estou tranquilo porque não me demito no dia a dia de ter a minha própria voz e de escrever o que entendo escrever e de dizer o que entendo dizer. E penso que os professores, no registo individual e sobretudo colegial, nas associações públicas, nas associações profissionais, podemos ter mais poder de regulação. Tendo mais voz os professores têm mais influência. E podem e devem, a meu ver, interagir mais dentro da classe profissional, colaborar mais e assumir um compromisso de fazer parte deste programa de regeneração da humanidade.

Nunca me esqueço de um grande concerto que os U2 deram, há muitos, anos nos Estados Unidos da América, em que o líder da banda – Bono – se dirigia aos líderes mundiais, ao Bush na América, ao Blair na Inglaterra, dizendo que se nós fomos capazes de levar um homem à Lua, seria altura de usarmos o poder que temos para trazer o homem de volta à Terra e de

criar mais humanidade na Terra, que é a nossa Mãtria e é a nossa pátria, para glosar aqui também uma ideia cara a Edgar Morin. Não direi que são todos os desafios que se colocam à formação de professores, mas são alguns desafios teleológicos, que, do meu ponto de vista, fazem falta a uma dinâmica de formação de professores. Uma dinâmica de restauração da esperança, da esperança nas pessoas, na esperança do ser humano, na esperança da humanidade, sobretudo num contexto de contraciclo em que nós vemos que o que parece prevalecer é a lógica da ameaça e da guerra, a devastação e deportação... Mas, como dizia o Paulo Freire, temos que ser os portadores da esperança, mesmo em contraciclo, não podemos desistir. Não podemos abandonar o ideal educativo de transformação, de libertação, de humanização. E, portanto, eu acho que isso é um bom lema para o ensino superior.

MCB: É bom que o senhor traga essas palavras de esperança. Citando Rubem Alves, que é educador brasileiro e as ideias dele também estão lá dentro da Escola da Ponte de vocês, que eu visitei, que eu tive a honra de conhecer, na ocasião em que estive em Portugal. E citando também Paulo Freire, que fala muito da esperança. É o grande educador brasileiro e é importante para nós que também seja reconhecido e muito respeitado aí por vocês em Portugal. E realmente a gente precisa de muita esperança, porque o professor, devido à desvalorização social e profissional, encontra-se no imobilismo, numa passividade, numa desesperança muito grande. E é muito difícil restaurar todos esses valores, sendo necessário o professor ficar ativo e lutar para ter voz, para lutar contra essa tendência, contra tudo isso que o imobilizam. E o senhor vem trazendo aí uma sugestão, um caminho para podermos driblar isso que nos amarra, que nos cala, que faz com que percamos a voz. O professor deve agir como um sujeito que é capaz de intervir na sua história, na sua profissão. Não é fácil, não é professor? Como vemos, até os discursos da UNESCO, da OCDE, muitas vezes eles estão também amarrados, interligados com o discurso do neoliberalismo e do capital. O senhor mesmo citou Delors falando do aprender a ser, aprender a fazer, etc. No primeiro momento todo o mundo viu esse relatório como uma coisa boa, uma oportunidade para a educação, um caminho muito bom, e que depois foi muito criticado por quem via nele uma orientação mais para essa educação tecnicista voltada para o capital. Então, como o senhor falou, há pontos positivos e negativos. A gente precisa encontrar os pontos positivos e as formas de driblar as reações que são nefastas nesse sentido, para poder ver o melhor caminho, certo?

JMA: A meu ver é essa a opção que não podemos alienar. Como educadores temos de nos interrogar: que é que nós queremos da vida? Que é que nós queremos do mundo? Que quota

parte poderemos assumir para que o mundo seja um pouco mais humano, seja um pouco mais solidário, seja um pouco mais justo?

FIF: Na década de 1990, o relatório “Educação: um tesouro a descobrir, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI” foi visto nessa perspectiva. Hoje talvez fosse visto como um caminho humanista, em comparação com outros relatórios. A propósito, eu gostaria de situar a questão da formação de professores, hoje, em tempos antidemocráticos como os que estamos a viver. Quer dizer, os extremismos, o que estamos a assistir nos Estados Unidos e por toda a Europa e o mundo. Portanto, a escola tem hoje um desafio maior no que diz respeito a uma educação democrática que contribua, como disseste, para uma sociedade mais justa e mais humana. Enfim, a formação de professores também faz a escola e a escola faz a formação de professores. E os professores. Como é que vê algumas possibilidades, neste campo? Por exemplo, eu vejo em Portugal o Movimento da Escola Moderna, para falar em concreto, e sem dúvida que a palavra chave desse modelo pedagógico é a cooperação, não é? Os conselhos de cooperação, o trabalho em projeto, portanto, a promoção do ideal democrático. Mas como é que vê estas possibilidades na formação de professores?

JMA: Vai justamente nesse registo. Quero dizer, a formação de professores tem que, certamente, criar contextos ou criar horizonte para que o professor se veja como um interlocutor dos seus pares. Na formação inicial teremos de fazer ver às pessoas que eles só podem existir profissionalmente num registo colaborativo. Porque se existirem num registo de sala de aula fechada, num registo de jardim secreto, num registo de “caixa negra” que ninguém vê, entramos num mundo profissional de solidão e sofrimento. O ser dono da sua turma, da sua sala, a clausura que protege é também a clausura que asfixia. Precisamos da confiança para abrir as portas, para derrubar as paredes, derrubar as paredes físicas e epistemológicas, para pensar de forma colegial, modos de trabalho mais colaborativos, mais interativos, de fazer aprender os alunos. Eu acho que isso tem de começar na formação inicial. Os estudantes terão de ver exemplos concretos, porque eles também já existem, de que o professor pode ser excelente e pode sentir-se imensamente gratificado se trabalhar com outros professores em espaços abertos. Eu já vi professores a trabalhar com 60 alunos, com 90 alunos em grandes espaços abertos, três professores, por exemplo, e é óbvio que estando lá 90 alunos, esses professores não podiam estar simplesmente a expor a matéria. Eles teriam de pensar aquele espaço e aquele tempo de outro modo; teria de ser um espaço de produção e não de consumo da matéria em que o professor apenas ditava. E os professores teriam que ser arquitetos de situações de aprendizagem individual e

em pequenos grupos, com suportes tecnológicos que poderiam usar para pesquisar, para contrastar, para construir de forma colaborativa o conhecimento.

O professor seria um construtor de oportunidades para que os alunos aprendam. Ora, a meu ver, isso tem que começar na formação inicial. A formação inicial tem de formar os professores numa lógica interativa. E eles têm de ver que isso os pode gratificar, porque se eles não virem o que esse exercício profissional é também uma fonte de gratificação não vão aderir. É precisamente aqui que se joga a construção de uma outra cultura profissional. Como é que se constrói a cultura? Uma cultura profissional colaborativa também se constrói a partir da formação inicial e com uma interação com os contextos de trabalho que possam funcionar no mesmo registo. O estudante em formação inicial poder ver que pode ser professor num outro registo profissional, num registo mais colaborativo e num registo mais interativo.

MCB: Pensando nisso que o senhor falou agora, de uma formação mais colaborativa, mais democrática, numa lógica interativa. As políticas públicas de formação de professores, as diretrizes curriculares para formação de professores não vão muito ao encontro dessas ideias, porque elas estão mais dentro de uma visão tecnicista, dentro de uma visão das políticas neoliberais. Como é que a gente pode fazer para interferir também no conteúdo e nas orientações dessas políticas públicas aqui no Brasil? E eu acho que também aí na Europa e em Portugal, certo?

JMA: Não tenho aqui a chave mágica para resolver a questão, mas diria que um bom princípio seria a própria formação inicial ser ela própria uma dinâmica de interação. Os próprios alunos, futuros professores, trabalharem a interação uns com os outros para, seguindo o modelo do isomorfismo, levarem para a escola os contextos onde vão trabalhar esses modos de trabalho com os seus alunos. Se os futuros professores aprenderam numa lógica isolacionista, numa lógica de um ensino transmissivo, eles vão tender a replicar esse modelo. E esta opção está nas mãos das instituições de ensino superior: a adoção de um modelo pedagógico mais individualista, mais transmissivo ou mais colaborativo, mais interativo. Portanto, penso que seria um bom passo. Se os estudantes-futuros professores vissem que há outro modo de ser aluno e de ser professor, um modo mais dialogante, mais interativo, mais colaborativo, estaria aberta a porta da possibilidade. Precisamos que o trabalho, mesmo o trabalho em contexto de sala de aula, o trabalho discente, seja um trabalho mais horizontal, mais dialogante, mais de pesquisa, mais de procura. Uma procura interativa seria um bom princípio. Não resolveria o problema, mas poderia ser um bom princípio para que depois, nos contextos reais de trabalho, pudessem levar para aí esse modelo, esse modo de trabalhar com os outros.

FIF: E dessa forma poderíamos intervir e influenciar as políticas públicas.

JMA: Certamente influenciaria. Porque as políticas não caem do céu. Quer dizer, as políticas tendem a nascer, nascem em muitos lados. Nascem das influências transnacionais, das políticas à escala mundial, mas também nascem da base para o topo. Os cidadãos, os professores, as associações profissionais também têm poder para chegar ao poder e de ser poder transformador. E têm até o poder de desobedecer às orientações do poder e de criarem modelos alternativos. E, portanto, é um campo promissor para instituir outras lógicas de trabalho.

FIF: Como nos aproximamos do fim, queria colocar na mesa a questão da qualidade, que tem estado muito presente nos discursos sobre a formação de professores. Talvez possamos esboçar aqui uma reflexão que problematize a ideia de qualidade, nomeadamente aquela que está omnipresente nos textos legislativos, no discurso político. Do meu ponto de vista, a noção de qualidade tem ofuscado mais do que elucidado, porque sempre que se fala em qualidade, todos estão de acordo. E isso esconde controvérsias, ideologias políticas muito diferentes, não é? Então, como é que nós podemos terminar a entrevista? Creio que podemos concluir refletindo um pouco sobre essa questão, num sentido mais problematizador.

JMA: Eu talvez pegasse numa ideia já antiga do António Nóvoa. Há um texto que a mim me marcou quando o li e de vez em quando a ele retorno, e que enuncia a tese do excesso do discurso e da pobreza das práticas. No caso da qualidade, temos aqui um claro excesso de discursos. E práticas que não correspondem a esse discurso. Portanto, há aqui um discurso que esconde mais do que revela. Portanto, é um discurso vazio e um discurso retórico. É um discurso que eu diria que é um discurso inútil. Porque quando eu falo numa educação de qualidade, isso não significa nada. Eu não sei do que é que estou a falar. Pelo menos eu, quando leio essa prosa eu não sei o que significa. O que é que é um discurso de qualidade? O que é que é uma prática educativa de qualidade? E quem beneficia dessa suposta qualidade? Interessam-me mais as práticas e tentar interrogar se as práticas são de qualidade para todos. E em que circunstâncias. Quais são os critérios para eu avaliar as práticas educativas de qualidade e as políticas educativas de qualidade na sua dimensão concreta, prática e de impacto no dia a dia, nos modos de organização, nos modos de fazer aprender os alunos, nos modos de fazer evoluir em termos culturais, em termos sociais? É isso que me interessa. Interessa-me tentar perceber, em última instância, se a educação está a ser promotora de maior justiça, de maior equidade,

de maior igualdade de oportunidades no acesso à educação, na frequência da educação, no sucesso da educação e no usufruto dos bens educacionais.

Vendo a qualidade nestas quatro dimensões é, portanto, um sistema ou uma escola de qualidade se promover, de facto, o máximo de aprendizagens possível junto da população que serve. E, portanto, enquanto houver alunos que são abandonados pela escola ou alunos que abandonam a escola porque não veem nela motivo suficiente para lá permanecer e para lá se interessar, para lá se desenvolver, para lá se humanizar, não teremos uma escola de qualidade. A qualidade tem de ser vivida e sentida por todos ainda que de diferentes formas. Tem de se afirmar numa concretude pessoal e social. Se não tiver, é um discurso vazio. E, portanto, a educação é de qualidade se for baseada no conhecimento, se for baseada numa cultura de liberdade, numa cultura de responsabilidade, numa pedagogia que gera, de facto, condições de mais aprendizagem, de mais equidade, mais cidadania, de mais compromisso, sobretudo com os mais pobres e os mais desfavorecidos. O conceito de qualidade tem muito a ver com os seus beneficiários. Para as elites a educação é de qualidade se corresponder às suas aspirações e lhes proporcionar as vantagens que ambicionam. Para outros, e são a maioria, a dita qualidade é deficitária e excludente. No caso português, são cerca de 25% os que não têm uma educação com as características da qualidade que eu acabei de enunciar e, portanto, para esses a qualidade não existe.

FIF: Muito obrigado. Considero que temos uma boa entrevista. Maria Célia, queres fazer as considerações finais ou mais perguntas? Creio que a entrevista já ultrapassou 60 minutos. Mas parece-me que já abordámos, e bem, as questões que tínhamos previsto abordar.

MCB: Sim, já temos. Eu estou muito satisfeita. E agradeço. Eu quero só agradecer muito a disponibilidade do professor Fernando Ilídio também, que está aqui connosco. E do professor que concedeu a entrevista, o professor José Matias Alves. Queremos agradecer muito mesmo. E a entrevista foi gravada e será transcrita. O senhor pode ter a certeza de que sua colaboração foi excelente, certo? Temos uma entrevista muito rica que vai agregar muito ao nosso dossiê.

JMA: Agradeço a oportunidade. Foi um gosto dialogar convosco. Espero ter dado pelo menos a minha visão sobre os tópicos que me lançaram. É evidente que um discurso oral é sempre feito de algumas redundâncias, alguns ziguezagues, mas é natural. Queria muito agradecer também ao Fernando e à Maria Célia este convite.

FIF: Obrigado. Agradecemos muitíssimo.

JMA: Muito obrigado também.